

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências humanas [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-276-0

DOI 10.22533/at.ed.760192404

1. Antropologia. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil.
3. Pesquisa social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

Tem mil faces secretas sobre a face neutra

E te pergunta, sem interesse pela resposta,

Pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?

Drummond

O livro faz parte da publicação de três volumes reuni trabalhos e pesquisas realizadas por acadêmicos de universidades realizadas na diversas Regiões do Brasil. O rigor metodológico e científico presentes na elaboração do livro revela a seriedade e a profundidade com que os temas foram tratados, por isso, trata-se de uma leitura necessária e obrigatória para quem pretende fazer ciência no Brasil. Faço deslizar lentamente os meus olhos pela linha de palavras que compõem o tema deste livro, sendo o meu primeiro desafio: qual face dessas palavras, entre as mil que possam ter, escolherei para tecer o fio que me permitirá entrar e sair do labirinto deste texto, de saída, que o discurso daquele que analisa não pode ter a aspiração de ser o avesso de discursos outros (do filósofo, do educador, da histeria, do mestre na intenção de passar-lhes a purificado.

Gostaria de me deixar levar pelos pensamentos que me arrebatam no processo que ora início de me haver com a provocativa questão: afinal, qual a importância dos conhecimentos produzidos por nós mesmos na área das chamadas Ciências Humanas?

Contudo, sinto-o agora, o começo de qualquer discurso, como reconheceu Foucault, é angustiante. Ele, que tratou com seriedade e rigor o tema, sentiu o forte o peso que lhe conferia a linguagem em sua aula inaugural no Collège de France. Em sua fragilidade humana confessou:

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível.(...) (p.5)

Escrever é como falar, uma captação de palavras; encontrar aquelas apropriadas para dar forma ao pensamento promove a obstinação de um arqueólogo. Percebo que a língua é uma matéria prima indócil. Em primeiro lugar, porque quem escreve luta com palavras, como escreveu Drummond (*O lutador*). Em segundo, porque força o autor no confronto com a própria solidão, com a lacuna de “algo que pudesse ter estado sempre aí” e pudesse, simplesmente, deixar-se (con) fundir.

Isso me faz refletir sobre a produção de conhecimento, quase sempre nos referimos à construção de saberes apontados sob a forma escrita. Nos meios acadêmicos essa é, ao mesmo tempo, uma exigência das agências de fomento e uma forma de controle institucional de produção. Somos impelidos a escrever e a estar cada vez mais em

solidão. O risco que corremos: terminarmos por nos afastar do mundo e dos papéis que, nas ruas, nas esquinas, em nossas casas e classes tornam a vida um movimento coletivo de fazer, desfazer e compreender o cotidiano. Meio da cultura viva, que pulsa, lateja, vibra e produz conhecimentos.

Alguns poderiam ajustar que quem fala não escolarizado compartilha e participa da produção do que se indica, carente, despectivo, desdenhativo de “senso comum”. Outros rebateriam, considerando que todo saber produzido coletivamente, nos esforços diários que fazem as pessoas para entenderem a vida, é uma configuração legítima e considerada e qualificada de conhecimento. Alguém, por seu turno, poderia se acelerar em responder: “Mas o que o povo produz são compreensões leigas e estamos, aqui, falando de sistemas de verdades produzidas pelas ciências humanas, produzidos não nas ruas, mas em centros de pesquisas e universidades.” Temos, nesse “esclarecimento”, o desvelamento da divisão bem conhecida entre saber acadêmico e saber popular.

O risco do banimento da vida vivida pelos personagens que, incongruente, pretendemos pesquisar, se torna fato abalizado pelas fronteiras geográficas e fixas que criamos para constituir aqueles mesmos centros e universidades. O medo, prenuncio e ameaça, de sofrermos agressões por esse mundo que nos parece exterior, nos fazem idealizar, planejar e criar novas estratégias de confinamento espacial e sendo assim colocamos cercas em todo o espaço que acolhe as construções em que trabalhamos.

“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.”

Walter Benjamin

Ficamos nós como salvos para estarmos sempre às bordas com nossa produção escrita e com a tarefa de calcular cada novo texto, assim que concluído, nas diversas formas de registro, para, logo em seguida, recomeçarmos o mesmo ciclo. Vemo-nos absorvidos por uma rede de protocolos que consome tempo e nos rouba a vida partilhada com nossos próprios. Se isto só não fosse suficiente, por sermos avaliados pelo que produzimos, nos tornamos “pessoas-produtos”. O próprio jogo institucional nos classifica em pesquisadores melhores e piores, medianos e brilhantes, nos distribui em níveis hierárquicos sob siglas bem definidas pelas agências de fomento. Passamos a no olhar com a discriminação que tais classificações acabam por nos conceber. Separamo-nos assim, vaidosamente, uns dos outros, como se estivéssemos submergidos num encastelamento.

Ainda que o racismo seja uma planta daninha, nociva e abjeta, cuja existência incriminamos, repudiamos e cuja natureza analisamos em nossos textos bem-comportados e politicamente corretos, acabamos por reproduzi-lo em nossas vidas vividas. Emancipamos dele em nossas vidas escritas; estas, codificadas em livros e artigos, que ficam disponibilizados nas universidades e nos meios digitais. Tentamos

sair intatos em nossa consciência, justificando que, afinal, critérios objetivos nos dividem, mas esquecemos que eles, os critérios, atendem a interesses políticos e ideológicos que amparam, nesse período histórico, “isso” que chamamos *de estado democrático de direito*.

Difícil pensar em uma escola *para os outros e para todos*, ou seja, em uma escola inclusiva, quando nós mesmos nos isolamos em circunscritos grupos de relações, tornando-os abalizados, e muitas vezes, intransmissível entre si.

Eis uma questão me assenta em desalento. Vou expô-la aqui: o que, afinal, estamos fazendo com o cuidado de si, a partir do conhecimento que produzimos para outras pessoas? Ou, como nos provoca Foucault (1998)

de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? (p.13)

O retorno transformador do conhecimento para aquele que conhece deve ser uma prática de bastidores e individual, ou seja, deve estar apartado do processo de produção do conhecimento enquanto tal. Esse pensamento, Foucaultiano (1998) responde:

Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? (...) O “ensaio” (...) é o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma “ascese”, um exercício de si, no pensamento. (idem, p. 13).

Foucault nos acena a filosofar como um exercício de (re) escrita de si, por meio *de práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam formas de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo*.

A importância das Ciências Humanas na produção de conhecimento, no entanto, não para a Educação, mas para nós mesmos, que habitamos os espaços onde, institucionalmente, conferimos materialidade às Faculdades de Educação. Todavia, já avanço: coloquei-me como membro, escrevo como parte dela. Faço parte do jogo que pretendi desnudar.

Perseguindo ainda a ideia de que nossa produção, às vezes, se torna uma compulsão que não nos permite ter tempo de deleitar-se o que produzimos, tento pensar como, usualmente, saímos desse impasse.

Creio que, às vezes, nos iludimos pensando que, quanto mais aprendemos, mais afinados teoricamente ficamos, mais temos o que ensinar às novas gerações. Segunda armadilha: se já sabemos o que ensinar, qual o espaço de criatividade que damos ao aluno? Temos alguma garantia sobre o que, de fato, ensinamos?

A ideia não é nova, basta lembrar Paulo Freire. Todavia, o desejo como o movimento do amante em direção ao preenchimento de uma falta não passível de objetivação pelo amado.

Portanto, a aprendizagem é algo que escapa, que não se pode controlar de fora mas que se pode propiciar no jogo amoroso de buscas recíprocas de atendimento de desejos, também recíprocos, do professor e do aluno em necessária parceria afetiva.

Arrisco concluir que aquilo que produzimos pode, apenas em parte, atender ao aluno. E, naquilo que atende, talvez não possamos nunca precisar em quê. O que sabemos é ponto de partida de nossa oferta, não é a satisfação da demanda daquele que busca conhecer.

Com isso, o saber e a ciência adquirem um papel ainda mais relevante do que tinham em tempos atrás. As concepções de produção do conhecimento sofrem alterações a cada época, pois cada momento histórico tem seus próprios modelos e suas próprias maneiras de ver, agir e sentir, acompanhados de um novo conceito de produção do conhecimento e, conseqüentemente, do que venha a ser válido e reconhecido. O conhecimento está sempre associado à situação transitória de evolução em que se encontram as sociedades em variadas épocas, determinando e sendo pela situação determinado. Para esse trabalho de reflexão sobre a produção de conhecimento na sociedade da informação abordaremos, inicialmente, o processo de construção de conhecimento, o conhecimento científico e a pesquisa em ciências humanas, mais especificamente em educação, contextualizando, em seguida, com a sociedade da informação e as novas discussões emergentes sobre o conhecimento científico.

Com a perspectiva de Walter Benjamin de que “o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois”, fizemos essa pequena inserção empírica no sentido de acrescentar outras vozes na interlocução que viemos fazendo. Conscientes dos limites e desafios que precisamos assumir para aprofundamento deste tema, ficou para nós que: “escrever é isso aí: interlocução”.

No artigo **ISABEL O MUERTE!**: **O APOIO DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA AO GOVERNO DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ DE PERÓN ATRAVÉS DA REVISTA *EL CAUDILLO* (1973-1975)**, a autora Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski, busca investigar procuramos demonstrar como a revista *El Caudillo de la Tercera Posición*, mesmo não se declarando como uma publicação da direita peronista, possuía um discurso pró-Isabel e de aniquilação dos infiltrados e traidores. Seu tom ameaçador através do slogan “*el mejor enemigo es el enemigo muerto*”. No artigo **OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER** o autor ou autora CLAUDIA PEIXOTO CABRAL, buscam abordar a relação de dominação e controle, exercida pelo Estado, no contexto histórico dos protestos de junho de 2013, a partir da concepção de construção discursiva em ocorre a criação de uma imagem que instaura uma representação estereotipada discriminatória da ação coletiva e do sujeito manifestante. No artigo **A BELEZA DO TEMPO: NARRATIVAS DO ENVELHECER FEMININO**, os autores Camila Cuencas Funari Mendes e Silva Mariele Rodrigues Correa Leonardo Lemos de Souza buscam analisar o envelhecer feminino na contemporaneidade. A velhice têm sua história e,

esta, é determinada em cada época e em cada cultura de forma diferente. No artigo **A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA** o autor Gabriel Pancera Aver buscou-se analisar de forma pormenorizada dois desafios enfrentados pela democracia representativa, a saber, a dificuldade de separar representantes e representados, a formação de uma elite política distanciada das massas e a ruptura do vínculo entre a vontade dos representantes e a dos representados. No artigo **A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM A PESSOA IDOSA** a autora Érica Elisa Nickel, apresentou os resultados de pesquisa do programa de educação para o trânsito, direcionada à pessoa idosa, denominado “Boa prosa sobre trânsito” ocorrido em Curitiba, no Paraná, entre 2014 e 2016, realizado por uma organização não governamental. No artigo **A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: REFLEXÃO DA PRÁTICA COM FOCO NO PENSAMENTO COMPLEXO**, as autoras Francisca Janice Silva Ana Paula Fernandes Cunha, objetivo deste é elucidar a necessidade da implantação do pensamento complexo, para o processo de aprendizagem do coordenado pedagógico como formador de professor, na abordagem transdisciplinar. No artigo **A GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER E OS NOVOS AVANÇOS PARA O DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA PATOLOGIA**. As autoras Andréia de Oliveira Militão e Angela Maria Sales Barros buscam trazer informações relevantes sobre a DA com ênfase à genética e aos novos avanços, coletadas, através de revisão bibliográfica, e anteriormente publicadas em revista científica e anais de congresso, foram reorganizadas e disponibilizadas de forma a facilitar o conhecimento sobre a doença, ao acesso e contribuir com pesquisas voltadas ao entendimento da doença. No artigo **A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE** a autora Amanda Rebeka Lima de Souza buscou se, no presente trabalho, compreender os modelos de gestão que são usados atualmente na regional do Alto Acre. Avaliar a dinâmica territorial é fundamental para a pesquisa. Para isso, foi necessário o levantamento de documentos, leis e projetos em escala nacional, estadual e municipal. De acordo com os resultados encontrados, as políticas públicas implantadas na regional não atendem a maior parte da população que habita ali. No artigo **A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ** as autoras Janaiára Maria de Paiva Ferreira e Sandra Maria Fontenele Magalhães buscam entender o processo de luta dos camponeses pela conquista da terra do assentamento Ubá do município de Santa Quitéria- Ceará, buscando apreender como os camponeses resolveram resistir e lutar contra a dominação dos latifundiários. No artigo **A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ: POTENCIALIDADES E DESAFIOS**, os autores Everton Gabriel Bortoletti e Laise Ziger buscam identificar os desafios e potencialidades da participação social no Conselho Municipal de Política Cultural de Chapecó (CMPC), tendo em vista suas peculiaridades de atribuições, composição e representação. No artigo **A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO, os autores Fernanda Penteado, Alison Diego Leajanski, Willian Samuel Santana da Roza buscam pontuar os principais fatores que podem configurar a prática da agricultura familiar enquanto possibilidade de permanência das pessoas no espaço rural, destacando alguns aspectos referentes ao êxodo rural e a sua problemática, assim, apresentar uma discussão teórica e conceitual. No artigo **A SEMIÓTICA NO MUNDO DA MODA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA** busca analisar a moda não é somente a escolha do vestuário, mas está ligada a formas culturais de expressão e principalmente de linguagem. É através dela que o sujeito pode demonstrar sua personalidade, seus costumes e representar uma dada forma de ser, atribuindo significados e valores para essa ação. Acredita-se que todos esses significados englobam a semiótica e moda que dentro dessa perspectiva é vista como um produto cultural desses significados. No artigo **A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DO PROCESSO NA PERSPECTIVA LÚDICA**, os autores Isa Stavracas, Ana Lee Claudio, Rebeca Josiane Ferreira da Silva, Sandra Esteves de Camargo, Vanessa Alves Duarte de Oliveira, buscar fazer uma análise da transição vivenciada pelos alunos da educação infantil para o ensino fundamental, a fim de verificar como os níveis de ensino se articulam para dar continuidade aos processos que envolvem o lúdico que se iniciam na educação infantil e devem se formalizar nos anos iniciais do ensino fundamental I – Ciclo de Alfabetização. No artigo **A UATI COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E OTIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA NA CIDADE DE BRUMADO – BA** os autores Anderson Ribeiro dos Anjos Caroline Malta Santos Almeida, Universidade, Stefani Monique Vasconcelos, Sheila Marta Carregosa Rocha, buscam investigar o seguinte: De que forma o projeto de extensão intitulado “Universidade Aberta a Terceira Idade” desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia pode contribuir com a inclusão social e otimização do bem-estar dos idosos residentes na cidade de Brumado – Ba. No artigo **AVALIAÇÃO DO DECLÍNIO FUNCIONAL EM UMA IDOSA DA COMUNIDADE: RELATO DE CASO**, os autores Helane Santana Cruz e Víncius Zacarias Maldaner da Silva buscam relatar o caso de uma idosa atendida pela equipe de estratégia saúde da família na cidade de Brasília-Distrito Federal. Método: estudo observacional, do tipo relato de caso, conduzido à uma idosa da comunidade durante a visita domiciliar. Os dados foram coletados por meio do questionário VES-13. No artigo **CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU/SC: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR**, as autoras Gisele Cristine Zimmer Samagaia e Mara Rúbia Rutzen realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental para comparação e discussão com a realidade do Centro de Saúde do Idoso de Blumenau. No artigo **COMO NOS TEMPOS DA “BABA”: A PRODUÇÃO DE CERVEJA CASEIRA EM IRATI-PR, ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI**, Matheus Alexandre Razera, Valter Martins analisar diferentes receitas e a prática de preparar cerveja artesanal, descobrir como este saber é aprendido e repassado. Para tanto

utilizamos o método da História Oral e textos teóricos sobre História da Alimentação. No artigo **CONSCIENTIZAÇÃO PARA O CONSUMO ADEQUADO DA ÁGUA: UM TRABALHO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II**, os autores José Daniel Soler Garves, Andrezza Santos Flores, Cibele Diogo Pagliarini, Ângela Coletto Morales Escolano buscam discutir a importância do uso consciente da água, os motivos dessa escassez, as consequências do uso inadequado e a necessidade de redução do consumo de água. No artigo **CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO MULTIDISCIPLINAR BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)**, os autores Auristela Duarte Moser, Fernanda Cury Martins Teigão, Kethelyn Contente Alves, buscam Construir um instrumento multidisciplinar de avaliação da funcionalidade em idosos institucionalizados baseado na CIF e validá-lo com especialistas da área. No artigo **DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)**, a autora Pamela da Costa Lopes Sales busca apresentar os laços de sociabilidade e as situações de conflito vividos pelos moradores, antes e após a política urbanística de regularização implementada pelo poder público municipal. No artigo **DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL NO PROGRAMA “PROFISSÃO REPÓRTER”**, os autores Ana Elisa Nardo Caseri e Carmem Lúcia Sussel Mariano buscou-se analisar como o Programa “Profissão Repórter”, da Rede Globo de Televisão, abordou as temáticas associadas à sexualidade infantil e juvenil, para apreender que sentidos estão sendo construídos e os usos que têm sido feitos desses temas pela mídia. No artigo **EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: o papel da formação continuada**, os autores Maria Almerinda de Souza Matos, Cátia de Lemos, Claudenilson Pereira Batista buscaram relatar os avanços na educação de uma criança cega a partir da formação continuada para a mãe e a professora. No artigo **ENTRE DOENÇAS, CURAS E BENZEDURAS: O OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS EM REBOUÇAS, PARANÁ, NO LIMAR DO SÉC. XXI**, os autores Marcia Scavinski e Valter Martins analisar mudanças e permanências nas práticas e no ofício dessas benzedadeiras ao longo do tempo, compreendendo as suas práticas curativas, investigando a memória dessas mulheres a partir de depoimentos, relacionando com a história da religiosidade popular.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“¡ISABEL O MUERTE!”: O APOIO DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA AO GOVERNO DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ DE PERÓN ATRAVÉS DA REVISTA <i>EL CAUDILLO</i> (1973-1975)	
Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski	
DOI 10.22533/at.ed.7601924041	
CAPÍTULO 2	17
OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER	
Claudia Peixoto Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.7601924042	
CAPÍTULO 3	35
A BELEZA DO TEMPO: NARRATIVAS DO ENVELHECER FEMININO	
Camila Cuencas Funari Mendes e Silva	
Mariele Rodrigues Correa	
Leonardo Lemos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7601924043	
CAPÍTULO 4	47
A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	
Gabriel Pancera Aver	
DOI 10.22533/at.ed.7601924044	
CAPÍTULO 5	61
A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM A PESSOA IDOSA	
Érica Elisa Nickel	
DOI 10.22533/at.ed.7601924045	
CAPÍTULO 6	69
A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: REFLEXÃO DA PRÁTICA COM FOCO NO PENSAMENTO COMPLEXO	
Francisca Janice Silva	
Ana Paula Fernandes Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.7601924046	
CAPÍTULO 7	80
A GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER E OS NOVOS AVANÇOS PARA O DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA PATOLOGIA	
Andréia de Oliveira Militão	
Angela Maria Sales Barros	
DOI 10.22533/at.ed.7601924047	
CAPÍTULO 8	92
A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE	
Amanda Rebeka Lima de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7601924048	

CAPÍTULO 9	107
A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ	
Janaiára Maria de Paiva Ferreira Sandra Maria Fontenele Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.7601924049	
CAPÍTULO 10	115
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ: POTENCIALIDADES E DESAFIOS	
Everton Gabriel Bortoletti Laise Ziger	
DOI 10.22533/at.ed.76019240410	
CAPÍTULO 11	122
A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO	
Fernanda Penteado Alison Diego Leajanski Willian Samuel Santana da Roza	
DOI 10.22533/at.ed.76019240411	
CAPÍTULO 12	130
A SEMIÓTICA NO MUNDO DA MODA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA	
Gabriela Cristina Maximo Evandro Fernandes Alves	
DOI 10.22533/at.ed.76019240412	
CAPÍTULO 13	139
A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DO PROCESSO NA PERSPECTIVA LÚDICA	
Isa Stavracas Ana Lee Claudio Rebeca Josiane Ferreira da Silva Sandra Esteves de Camargo Vanessa Alves Duarte de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.76019240413	
CAPÍTULO 14	152
A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: OS RITOS DE PASSAGEM E AS EXPECTATIVAS DAS CRIANÇAS SOBRE O PROCESSO	
Isa Stavracas Fernanda Alexandre dos Santos Loide Giacometti Bervanger Stefani Leite Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.76019240414	

CAPÍTULO 15	165
A UATI COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E OTIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA NA CIDADE DE BRUMADO – BA	
Anderson Ribeiro dos Anjos Caroline Malta Santos Almeida Stefani Monique Vasconcelos Sheila Marta Carregosa Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.76019240415	
CAPÍTULO 16	174
AVALIAÇÃO DO DECLÍNIO FUNCIONAL EM UMA IDOSA DA COMUNIDADE: RELATO DE CASO	
Helane Santana Cruz Vínicius Zacarias Maldaner da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.76019240416	
CAPÍTULO 17	182
CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU/SC: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR	
Gisele Cristine Zimmer Samagaia Mara Rúbia Rutzen	
DOI 10.22533/at.ed.76019240417	
CAPÍTULO 18	192
COMO NOS TEMPOS DA “BABA”: A PRODUÇÃO DE CERVEJA CASEIRA EM IRATI-PR, ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI	
Matheus Alexandre Razera Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.76019240418	
CAPÍTULO 19	207
CONSCIENTIZAÇÃO PARA O CONSUMO ADEQUADO DA ÁGUA: UM TRABALHO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II	
José Daniel Soler Garves Andrezza Santos Flores Cibele Diogo Pagliarini Ângela Coletto Morales Escolano	
DOI 10.22533/at.ed.76019240419	
CAPÍTULO 20	216
CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO MULTIDISCIPLINAR BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)	
Auristela Duarte Moser Fernanda Cury Martins Teigão Kethelyn Contente Alves	
DOI 10.22533/at.ed.76019240420	
CAPÍTULO 21	230
DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)	
Pamela da Costa Lopes Sales	
DOI 10.22533/at.ed.76019240421	

CAPÍTULO 22	246
DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL NO PROGRAMA “PROFISSÃO REPÓRTER”	
Ana Elisa Nardo Caseri	
Carmem Lúcia Sussel Mariano	
DOI 10.22533/at.ed.76019240422	
CAPÍTULO 23	258
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: O PAPEL DA FORMAÇÃO CONTINUADA	
Maria Almerinda de Souza Matos	
Cátia de Lemos	
Claudenilson Pereira Batista	
DOI 10.22533/at.ed.76019240423	
CAPÍTULO 24	270
ENTRE DOENÇAS, CURAS E BENZEDURAS: O OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS EM REBOUÇAS, PARANÁ, NO LIMIAR DO SÉC. XXI	
Marcia Scavinski	
Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.76019240424	
SOBRE A ORGANIZADORA	287

A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Gabriel Pancera Aver

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Foz do Iguaçu- Paraná

RESUMO: Buscou-se analisar de forma pormenorizada dois desafios enfrentados pela democracia representativa, a saber, a dificuldade de separar representantes e representados, a formação de uma elite política distanciada das massas e a ruptura do vínculo entre a vontade dos representantes e a dos representados. Para contemplar tal objetivo, esta pesquisa se dedica em reconstruir o conceito de democracia e representação por meio de duas correntes do pensamento político quase que antagônicas, a saber, a democracia deliberativa e o pensamento elitista, bem como utilizando os conceitos de democracia, paixões e vontades em Thomas Hobbes. A partir desta reconstrução conceitual estabeleceu-se um diálogo entre a concepção da democracia como um processo de construção contínua e os diversos desafios que são enfrentados ao longo desta construção política. Para isto, os elementos levantados por Luis Felipe Miguel (2014) são centrais para corroborar no desenvolvimento do debate ao qual este estudo se propõe. Por meio desta análise, é possível refletir sobre os desafios enfrentados pela democracia representativa

e sobre os resultados que este processo de construção contínua acarreta, perpassando questões como a apatia política, a crise do sentir-se representado e a participação da sociedade civil nos ambientes de deliberação política.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Representação, Crise democrática, Deliberação e Participação.

ABSTRACT: This article seeks to analyze in detail three challenges faced by representative democracy: the difficulty of separating representatives and represented, the formation of a political elite separated from the masses and a break in the link between the will of representatives and those represented. In order to contemplate this objective, this research is dedicated to reconstructing the concept of democracy and representation through two almost antagonistic currents of political thought, namely, deliberative democracy and elitist thinking, as well as using the concepts of democracy, passions and wishes in Thomas Hobbes. From this conceptual reconstruction will establish a dialogue between the conception of democracy as a process of continuous construction and the various challenges that are faced throughout this political construction. For this, the elements raised by Luis Felipe Miguel (2014) are central to corroborate in the

development of the debate to which this study is proposed. Through this analysis, it is possible to reflect on the challenges faced by representative democracy and the results that this process of continuous construction entails, such as political apathy, the crisis of feeling represented and the participation of civil society in the environments of political deliberation.

KEYWORDS: Democracy, Representation, Democracy Crisis, Deliberation and Participation.

1 | INTRODUÇÃO

Retomar os aportes teóricos de Pitkin (1989) é um exercício fundamental para compreender a complexidade do conceito de representação. Ao retomar as palavras da “família” do termo “*represent*” em inglês, Pitkin (1989) afirma que essas não são capazes de corresponder corretamente ao mapa semântico da representação, ou seja, pela representação ser “um fenômeno cultural, político e fundamentalmente humano” (PITKIN, 1989, p.16), não pode ser expresso em sua totalidade pelos termos derivados à palavra “*represent*”, pelo fato de que “não corresponde bem ao “mapa semântico” de termos cognatos até mesmo em outros idiomas muito próximos ao inglês” (PITKIN, 1989, P.16).

Pitkin (1989) afirma que ainda que os gregos tivessem instituições e práticas que hoje nós denominaríamos como “representativas”, não possuíam um termo linguístico específico para tratar da representação, tendo em vista que o termo é de origem latina, “embora também em latim seu significado original não tivesse a ver com agência, governo, ou quaisquer instituições da vida romana que poderíamos considerar como exemplos de representação.” (PITKIN, 1989, p.18). Em latim a palavra “*repraesentare*” significa “tornar presente ou manifesto; ou apresentar novamente” e, como destaca Pitkin (1989) seu uso mais comum fazia referência a objetos inanimados.

Pode significar torná- los literalmente presentes, trazê-los à presença de alguém. Também pode significar apresentar-se à corte em resposta a uma convocação; literalmente, tornar-se presente. Pode significar também tornar presente uma abstração em um objeto, ou por meio dele, como ocorre quando uma virtude parece encarnada na imagem de certo rosto. E pode significar a substituição de um objeto por outro – em vez do outro –, ou a antecipação de um evento, trazendo-o para o presente. Pode significar “desempenhar imediatamente” e mesmo “pagar em dinheiro”. (PITKIN, 1989, p. 20).

Por meio da reconstrução semântica do conceito de representação desenvolvido por Abbagnano (2007) é interessante ainda destacar a concepção da ideia de representação medieval, isto é, a representação relacionada à ideia de imagem. Neste sentido, o autor destaca ainda a perspectiva de Tomas de Aquino que descrevia a representação como o “conter a semelhança da coisa” (ABBAGNANO, 2007).

A partir desta breve reconstrução semântica lança-se o debate da representação à contemporaneidade e, deste modo, aponta-se que ao se pensar as questões da

representação na política hodierna surgem diversos desafios. Estes impasses, seguindo o desenvolvimento teórico de Miguel (2014) podem ser agrupados em dois pontos centrais, a saber, a dificuldade em separar representante e representado e a ruptura do vínculo entre a vontade dos representantes e dos representados.

Em relação ao primeiro aspecto, é fundamental aclarar o conceito de governante aqui utilizado, sendo este “aquele que exerce de fato a soberania que pertence nominalmente ao povo” (MIGUEL, 2014). Sendo assim, o primeiro obstáculo teórico ao qual se deve enfrentar é a relação entre o conceito primário de democracia, isto é, uma concepção democrática como regime político no qual o povo exerce a soberania, e a concentração da tomada de decisões nas mãos de um pequeno grupo “representativo”. Neste sentido, o segundo aspecto faz referência à que um grupo de governantes tende a exercer permanentemente o poder, sendo que, a separação entre representantes e representados “tende a seguir de perto as clivagens (...) da desigualdade social” (MIGUEL, 2014). Nesta perspectiva, os debates levantados por Michels (1911) em relação à chamada “lei de ferro das oligarquias” tornam-se centrais. O terceiro aspecto a ser tratado de forma mais aprofundada ao longo deste trabalho se refere às condições sociais diferentes (diferenciação funcional), ou seja, a produção de interesses distintos dos interesses da base e a criação de uma nova identidade distinta da dos representados (MICHELS, 1911).

O esforço em compreender os desafios da democracia e entendê-la como processo de construção histórico é fundamental pela relação perigosa que a dicotomia entre o ideal democrático e a prática democrática tende a levantar, ou seja, quando se perde a noção da democracia como processo e a noção histórica na qual ela está inserida, há uma tendência de apontá-la como insuficiente e, nesses apontamentos, tendem a surgir discursos antidemocráticos que convergem muito com as concepções da corrente de pensamento elitista a seguir apresentada.

Busca-se agora analisar a representação em duas correntes de pensamento antagônicas em sua essência, a saber, a corrente da democracia elitista e da democracia deliberativa. A reconstrução do conceito de representação dentro destas duas perspectivas teóricas tem como objetivo demonstrar uma divisão fundamental dentro do pensamento político no que diz respeito à representação, ou seja, busca analisar dois extremos da concepção de representação, sendo eles, a impossibilidade de participação direta e a impossibilidade de se representar ao outro.

Esta escolha epistemológica leva em consideração o recorte utilizado por Miguel (2014), tendo em vista que esta pesquisa busca corroborar no debate realizado pelo autor sobre os desafios da democracia representativa, bem como analisar a democracia como um processo de construção contínua. Entretanto, sabe-se que esta não é a única percepção teórica sobre o conceito de representação e sobre o conceito de democracia.

2 | O DILEMA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

A ideia da democracia como um dilema entre participação e representação fundamenta-se na ideia dos conceitos de democracia e de representação serem campos teóricos e políticos em disputa, isto é, a necessidade de ampliação da participação popular direta nas deliberações políticas e, ao mesmo tempo, a necessidade de organização política para que as demandas sejam absorvidas e gerenciadas pelas instituições administrativas. Em outras palavras, esse dilema fundamenta-se na ideia de que a participação direta de todo o *demos* nas deliberações políticas é inviável (teoria elitista da democracia) e na concepção da necessidade de uma maior abertura dos espaços de tomada de decisão política para que o *demos* delibere sobre ele mesmo, isto é, a incapacidade de se representar a outro (teoria democrática deliberativa). Este antagonismo essencial entre estas duas correntes de pensamento é o que este trabalho denomina como binômio em disputa da democracia.

Este trabalho busca primeiramente resgatar os fundamentos das duas correntes de pensamento apresentadas (elitista e deliberativa) sobre a democracia para dar maior fundamentação teórica ao debate proposto.

2.1 A representação na corrente de pensamento elitista

A convencionalmente chamada teoria elitista da democracia parte do pressuposto fundamental de que em nenhum regime chamado de democrático o povo realmente governa, isto é, que as decisões políticas são tomadas por uma minoria fechada, onde, para os principais autores desta corrente, a saber, Pareto (1953), Michels (1911), Mosca (1939), o fundamento da elitização das deliberações políticas consiste na desigualdade natural dos homens.

Nesta concepção, como bem introduz Miguel (2014), Nietzsche (1918) coloca a vontade de poder como o fundamento que deve guiar as ações humanas, isto é, a “sede de dominar, de fazer-se mais forte” (NIETZSCHE, 1918 [1902], v.2, p 121-36). Deste modo, divide a sociedade em dois grandes grupos, a saber, os com vontade de poder e os demais. A partir deste pressuposto afirma como imoral julgar a igualdade entre os homens e o dever de respeitar a hierarquia natural entre os sujeitos.

Nesse mesmo espectro teórico, Pareto (1953) afirma que as ações humanas estão carregadas por um caráter irracional e que a elite social possui um grau máximo de capacidade de agir racionalmente (PARETO, 1953 [1916]). Deste modo, muito próximo à separação estabelecida por Nietzsche (1918), destaca a elite como uma constante universal das sociedades possuidoras de astúcia e de força (disposição de uso) para governar.

Estabelecendo um diálogo muito próximo ao de Pareto (1953), Mosca (1939) afirma a desorganização da maioria (massas) e afirma sobre esta característica a impossibilidade desta governar e, nesta perspectiva, Michels (1911) postula a lei de ferro da oligarquia, afirmando que toda organização tende a oligarquização, pois caminha à

burocratização e, vai além, afirma o poder como essencialmente conservador.

Deste modo, é possível perceber como a relação entre representantes e representados se constrói dentro do pensamento teórico elitista. Primeiramente, a separação entre estas duas categorias da representação está fundamentada no discurso de desigualdade natural do homem e, conseqüentemente, reflete na concepção de democracia desenvolvida por estes autores, isto é, a proposição de uma democracia limitada, pois, “se as desigualdades são inatas devem ser respeitadas” (GASSET; ORTEGA, 1920).

Sendo assim, a representação política é concebida como uma característica fundamental da natureza humana. Para parte dos autores desta corrente teórica, como, por exemplo, Pareto (1953) e, em maior grau, Mosca (1939), a desigualdade reside no grau de capacidade natural de tomada de decisões –ações- racionais e, em contrapartida, em outros autores, como, por exemplo, Michels (1911) não concebe a oligarquia elitista como uma minoria autoinstruída, ou seja, já percebe “o exercício do poder político por conta de qualidades distintivas que as colocam em posição superior de forma quase automática” (MIGUEL, 2014), ainda que, mesmo percebendo algo que seus contemporâneos não conseguiram, manteve uma linha de argumentação e de alternativa política semelhante.

Deste modo, a naturalidade da desigualdade dos sujeitos fundamenta a argumentação da estrutura de divisão da sociedade entre uma elite governante e uma maioria governada. Podemos afirmar que a representação dentro do pensamento político elitista está fundamentada na disposição de maior capacidade ou, usando o conceito de Nietzsche (1918), de vontade de poder.

Nesta perspectiva, a representação não está vinculada com princípios de autorização, como teoriza Pitkin (1967), tendo em vista que não se estabelece a relação de uma permissão de representar por parte da maioria a uma minoria. Porém, por não ser caracterizado como um mecanismo de autorização tende-se a aproximar a ideia de representação dentro desta corrente do pensamento à concepção de delegação, onde o sujeito entrega a responsabilidade do agir e do pensar o coletivo a um terceiro, desprendendo-se desta responsabilidade e sem necessariamente esperar uma “prestação de contas” por parte deste representante.

Neste sentido, a relação de delegação torna-se ainda mais complexa tendo em vista que esta relação de representatividade é baseada na ideia de que o representado concede seu pensar e agir ao representante. Porém, para a corrente elitista, quem percebe o menor grau de capacidade das massas de pensar e agir racionalmente visando o bem coletivo é o próprio sujeito –elite- que dispõe deste maior grau. Deste modo, afirmar uma relação “pura” de delegação também é um equivoco, tendo em vista que a delegação neste caso se estabelece através do discurso de superioridade emitido pelo próprio sujeito superior em capacidade. Neste sentido, a delegação se estabelece, no âmbito teórico desta corrente de pensamento, de forma inversa, ou seja, do representante –mais capacitado- ao representado - menos capacitado-.

Essa perspectiva de inversão da relação de delegação é fundamental, pois se baseia na ideia de que quem tem consciência do que é mais favorável para si e para o seu redor é o próprio sujeito. Porém, ao emissor do discurso de diferença natural dos graus de capacidade aquele indivíduo não possui consciência do que é melhor para si mesmo e, deste modo, a representação a partir da concepção de desigualdade natural é fundamentada através da hermenêutica do próprio emissor do discurso desta desigualdade. Assim sendo, os sujeitos (maioria) menos capacitados não são levados em consideração se quer na relação de consciência à delegação do seu pensar e agir em coletivo a uma elite mais capacitada.

Deste modo, tampouco faz referência à *accountability*, tendo em vista que a minoria com maior capacidade e/ou vontade de poder tem maiores possibilidades de compreender quais são as melhores deliberações e as melhores ações a serem tomadas por determinada sociedade e, deste modo, não se traça um diálogo responsivo entre representado e representante. Nesta perspectiva, fundamenta-se a ideia de que a comparação entre as massas e a elite como conjunto de sujeitos iguais é uma imoralidade (NIETZSCHE, 1918).

Portanto, pode-se perceber uma grande descrença no regime democrático e na construção de uma vontade coletiva dentro do pensamento elitista e, conseqüentemente, o conceito de representação se “esvazia”. “Não há, portanto, nenhum espaço para *accountability* e prestação de contas, sendo a concepção elitista esvaziada de qualquer dimensão normativa do regime democrático” (MIGUEL, 2014).

2.2 A representação e a democracia deliberativa

De modo quase que completamente divergente da concepção analisada anteriormente, o pensamento construído em torno da democracia deliberativa tende a um apreço pela razão humana. Como construção teórica crescente a partir da década de 1980, em suma, a democracia deliberativa “julga que as decisões políticas devem ser tomadas por todos que estarão submetidos a elas, através do ‘raciocínio público e livre entre iguais’” (MIGUEL, 2014). Dentro desta corrente do pensamento democrático resgatam-se os aportes de Habermas (1981) e a influência da concepção de justiça de Rawls (1971) para a construção da teoria deliberativa.

A teoria da ação comunicativa (HABERMAS, 1981) parte da idealização do entendimento mútuo por meio do diálogo e da construção na esfera pública das preferências coletivas mediante a interação e a participação direta entre os sujeitos. Nesta perspectiva a autonomia é uma característica central, ou seja, o próprio coletivo deliberando sobre si mesmo tem a responsabilidade de produzir as normas sociais daquele grupo.

A ação comunicativa está baseada em três premissas fundamentais, a saber, o consenso, a consideração apenas de argumentações racionais e a apresentação de toda e qualquer contribuição pertinente ao debate. Deste modo, as eleições

contribuiriam para atomizar ainda mais os sujeito reduzindo assim a efetividade de identidades coletivas (MIGUEL, 2014). Neste sentido, a deliberação estaria respaldada no que Habermas (1981) caracteriza como aspectos inerentes à natureza da linguagem, a saber, a ausência de repressão, na igualdade entre os falantes e na busca pelo consenso.

Nesta perspectiva, a democracia deliberativa consiste então na construção conjunta das preferências de coletivo mediante a interação e o diálogo buscando o consenso via deliberação face a face de um grupo de indivíduos autônomos sobre eles mesmos. Além disso, esta perspectiva de democracia parte fundamentalmente do pressuposto da disposição dos indivíduos à política e assume a apatia política como um reflexo da ausência de oportunidades de participação.

Dentro desta abstração desenvolvida por Habermas (1981), a representação é descartada, ou seja, partindo do pressuposto da deliberação como base da construção conjunta das preferências, a representação é descartada tendo em vista que o sujeito obrigatoriamente necessita estar presente deliberando em busca da construção de um consenso. “O problema é que a comunicação face a face é um modelo impróprio para o entendimento política, exatamente por descartar a questão da representação (...) a representação torna-se ineludível” (MIGUEL, 2014, p.77).

Em relação às capacidades e a autonomia dos indivíduos a colaboração de Nussbaum (2013) com a formação humanista é essencial:

Para lograr una sociedad libre y democrática, la lucha por la libertad y la igualdad debe librarse primero dentro de cada individuo, pues es allí donde se enfrentan “la comprensión y el respeto con el miedo, la codicia y la agresividad narcisista (Nussbaum, 2013, p. 54).

Por meio desta citação pode-se compreender o desenvolvimento das capacidades que podem, em última instância, influenciar na construção do coletivo inicia em uma “esfera mais íntima” (POSADAS, 2016) e, com isto, a educação humanista seria fundamental para “fomentar uma democracia humana e sensível dedica a promover as oportunidades da vida, a liberdade e a busca por felicidade para todos” (NUSSBAUM, 2013, p. 48). Sendo assim, a formação humanista dentro da democracia liberal esta profundamente arraigada a concepção de autonomia e formação das capacidades individuais.

De modo similar Rawls (1971) desenvolve uma crítica à concepção utilitarista do conceito de justiça e afirma que o que faz a sociedade justa é o consenso dos governados, tendo em vista que este consenso seria gerado em uma posição de neutralidade sobre a posição social de cada indivíduo. Nesta concepção, parte dos pressupostos de análise da justiça na estrutura da sociedade para postular a necessidade dos indivíduos, quando reunidos em uma assembleia para deliberar conjuntamente sobre algum ponto de interesse coletivo, de caírem sob um “véu da ignorância” o qual neutralizaria a consciência da posição do indivíduo na estrutura social ao deliberar sobre qualquer objetivo (RAWLS, 1971).

Neste sentido, afirma os indivíduos como sujeitos racionais capazes de deliberar sobre si mesmos e, ao conceber o conceito de véu da ignorância, busca neutralizar as diferenças individuais de cada sujeito dentro da estrutura da sociedade com a finalidade de construir uma vontade coletiva a partir da deliberação direta dos sujeitos. (RAWLS, 1971).

Deste modo, é possível perceber a representação política dentro da teoria democrática deliberativa como uma condição do indivíduo quase que inalienável e, neste sentido, se aproximando da concepção de que o sujeito deve participar diretamente das deliberações que lhe dizem respeito, rompendo com a concepção de representação política.

2.3 Dos desafios da representação

Busca-se aqui, a partir da reconstrução do conceito de democracia e do conceito de representação elaborados anteriormente, aprofundar os debates que cerceiam as problemáticas referentes ao processo de construção da democracia, tendo em vista que, como apresentam Prado, Soares e Colombo (2007), não é uma condição política dada e estática, isto é, é um processo que se constrói permanentemente. Para tal objetivo, retomam-se as duas problemáticas centrais presentes na obra de Miguel (2014) anteriormente apresentadas, a saber, a dificuldade de separar representantes e representados e a ruptura do vínculo entre a vontade dos representantes e a vontade dos representados

2.3.1 A separação entre representantes e representados

Para corroborar no debate desenvolvido por Miguel (2014) em relação à dificuldade de separarmos representantes e representados retomam-se os conceitos de representação e de multidão postulados por Thomas Hobbes (1911).

Para o Hobbes (2014) [1651] existem dois tipos de pessoas, a saber, pessoas naturais e pessoas artificiais. Uma pessoa define-se como “aquele cujas palavras ou ações são consideradas quer como as suas próprias, quer como representando as palavras ou ações de outro homem, ou de qualquer outra coisa a que sejam atribuídas” (HOBBS, 2014 [1651], p. 138), deste modo, compreende-se o conceito de pessoa natural como àquela qual representa com palavras e ações próprias – autor-, concebendo esta como uma emissora potencialmente representada e, de outro modo, podemos compreender o conceito de pessoa artificial aquela cujas ações e palavras pertencem àqueles a quem representam- atores-, isto é, são representantes que agem por autorização e se caracterizam como transmissores das ações e/ou palavras de um ou mais autores.

Sendo assim, pode-se afirmar a luz das perspectivas teóricas de Hobbes (2014) [1651], que personificar é representar e que a representação pode ser definida como

portar um personagem. Neste sentido, “uma pessoa é o mesmo que um ator, tanto no palco como na conversação corrente” (HOBBS, 2014 [1651] p. 57). Hobbes afirma ainda que os atores agem por autorização. Esta afirmação está baseada na perspectiva de que autorização é o direito de agir. Ou seja, autores e atores pactuam sob um vínculo de autorização, como desenvolvido teoricamente no capítulo 14 do *Leviatã*.

Neste sentido, quando referente a uma multidão, entendendo esta como muitos autores, o pacto de autorização pode ser feito através do voto, sendo que, o voto da maioria representa a totalidade da multidão. Isto é, a multidão se torna uma só pessoa (povo) quando é representada por um só homem ou uma assembleia de homens (soberano), de maneira que tal seja feito com o consentimento de cada um dos que constituem esta multidão. Deste modo, estes muitos autores conferem sua autoridade em particular ao representante (soberano) e a cada um desses pertence todas as ações praticadas pelo representante dentro dos limites impostos – ou não- pelo pacto de autorização.

Nesta perspectiva, a representação é possível sob um pacto de autorização estipulado e determinado entre os autores e atores, regulado e determinado pela ideia de direito de natureza. Este pacto torna as ações e as palavras do representante autênticas em nome de toda a multidão, tendo em vista que esta lhe concedeu sua autoridade em particular.

Tendo sido abordada a perspectiva conceitual de Hobbes em relação à multidão e a relação da representação enquanto mecanismo de instituição de uma soberania, busca-se agora retomar a argumentação e a problematização desenvolvida por Miguel (2014). Para o autor, a dificuldade em separar representantes e representados reflete-se diretamente na questão eleitoral e fundamenta-se na divergência entre as vontades.

É fundamental destacar então o que Miguel (2014) denomina como crise do sentimento de estar representado, isto é, uma “crise disseminada do sentimento de estar representado no governo e no legislativo, com repercussão na legitimidade das instituições” (MIGUEL, 2014, p. 100). Em outras palavras, combina-se um alto nível de valor democrático, isto é, os representados não colocam em cheque os valores democráticos no momento da construção política e da tomada de decisões, entretanto, atrelado a estes valores soma-se a desconfiança dos representados em relação às instituições políticas.

Fundamentando tais afirmações Miguel (2014) aponta que esta crise do sentir-se representado não se limita a um espaço geográfico ou a democracias eleitorais e reflete-se principalmente no declínio do comparecimento eleitoral e no esvaziamento dos partidos políticos.

Entretanto, no momento em que uma democracia representativa, como anteriormente descrita, a saber, uma relação de disputa entre um binômio democrático, que se fundamenta principalmente no momento eleitoral, isto é, no accountability vertical, enfrenta problemas tanto de comparecimento às urnas quanto de participação

partidária, podemos constatar a existência de uma crise em torno da questão democrática ou, em outras palavras, uma “falta de sincronia (decalagem) entre o ideal de democracia e a compreensão realista do seu funcionamento” (NORRIS, 1999, p.11).

Deste modo, a crise do sentir-se representado pode ser concebida como geradora de apatia política. Isto é, a desvinculação entre ator e autor, somado ao alto grau de desconfiança das instituições políticas se reflete na sociedade como apatia política, sendo essa passível de análise, como veremos a seguir, como uma problemática entre a vinculação da vontade do autor com a vontade do ator.

2.3.2 A questão das vontades

Segundo Miguel (2014) a divergência entre as vontades dos representados e a vontade os representantes é um dos principais desafios da democracia representativa. De fato, os sujeitos, quando não veem suas vontades representadas nas deliberações dos representantes tendem a desacreditar da representação e, em última instância, das próprias instituições democráticas, corroborando para a apatia política e a consolidação e o aprofundamento da crise do sentir-se representado acima apresentada.

Para tal análise a construção teórica feita por Hobbes (2014) [1651] no que diz respeito à construção das vontades individuais corrobora na construção do debate proposto. Hobbes destina uma relevante parte da sua argumentação ao tema da origem das vontades (paixões). Neste momento, não poderemos nos deter às minúcias da sua construção teórica, contudo, para uma compreensão mais profunda da origem da vontade, o capítulo XIV do *Leviatã* e os conceitos de movimentos voluntários e involuntários, apetite e aversão são fundamentais.

Em suma, as paixões são resultantes de um processo no qual a sensação resulta na imaginação, esta gera uma cadeia de pensamentos e/ou um discurso mental que, conseqüentemente, desenvolve pequenos movimentos internos no homem -o esforço- que, quando direcionado, acarreta a deliberação baseada na vontade e esta deliberação resulta na ação, isto é, no movimento voluntário.

Deste modo, nos questiona Hobbes, seria esta vontade, conseqüente do processo de deliberação, tendo como resultante a paixão, algo racional? Segundo o autor esta seria uma afirmação equivocada. Se a vontade é racional não poderia, segundo ele, haver movimentos voluntários contrários à razão. Deste modo, a vontade pode ser compreendida de forma mais concreta como um apetite resultante de uma deliberação anterior. Ou seja, em última instância, poderíamos afirmar, à luz da perspectiva de Hobbes, que a ação ou os movimentos voluntários dependem diretamente da vontade e não necessariamente da razão, assim como que, reforçando o argumento supracitado, por meio da instituição da representação, as vontades individuais da multidão são canalizados na vontade do representante, sendo assim, não há em Hobbes uma diferenciação entre vontade individual e vontade do soberano, tendo em vista que as vontades gerais estão concentradas na vontade do soberano instituído.

Entretanto, como aponta Miguel (2014), no sistema político hodierno vigente, as vontades dos representantes e dos representados são, muitas vezes, divergentes, tendo em vista que a vontade do representante não se constitui apenas no foro íntimo, ou seja, o ator, para além da representação das vontades dos autores - usando a linguagem de Hobbes-, tem que conciliar e dialogar com interesses externos de cunho econômico e político. Ou seja, por vezes, os representantes tendem a desprender-se das vontades dos representados tendo em vista que, a influência econômica e política em relação a sua deliberação sobre algo ou a sua vontade independem apenas do caráter individual do representante, isto é, das vontades dele.

Apesar disso, a divergência das vontades não se limita apenas à interferência de fatores externos. Quando se fala em conciliar as vontades ou em construir meios para que estas sejam convergentes deve-se levar em consideração que tal afirmação não se remete, necessariamente, à criação de um consenso (vontade geral), sabendo das dificuldades – impossibilidade- de representar as vontades de cada indivíduo em um corpo representativo.

Neste sentido, a contribuição de Miguel (2014) em relação à *accountability* vertical tem centralidade no debate. Ainda que não se possa criar uma vontade coletiva ou, que a criação desta não esteja no centro deste debate, é função do corpo representativo criar mecanismos de controle dos representados sobre os representantes.

A criação de mecanismos de aumento de participação direta dos representados nos processos de deliberação política também é um modelo de redução da divergência das vontades. Ou seja, a elaboração e execução de políticas públicas que aumentem a participação direta da sociedade civil nos ambientes de toma de decisões, ainda que em nível micro, pode ter como resultado a inibição da crise do sentir-se representado, bem como pode corroborar para a diminuição da apatia política, tendo em vista que o representado, nesses ambientes, tem condições de corroborar diretamente na construção da coletividade.

3 | CONSIDERAÇÃO FINAIS

Esta pesquisa possibilita questionar-nos a respeito da estruturação da organização política brasileira atual. Neste sentido, em face dos desafios políticos enfrentados nos últimos anos dentro da política nacional, este trabalho nos permite refletir sobre o que está em crise no Brasil. Seria uma crise da democracia? Uma crise da representação política? Seria de fato a apatia e a descrença política resultantes da desvinculação das vontades dos representantes com a vontade dos representados?

Além disso, esse trabalho nos possibilita pensar caminhos e mecanismos para enfrentar esses desafios, tendo em vista que, como afirmado na introdução deste trabalho, a democracia, como todos os demais processos políticos, é um processo em construção contínua e permanente e, sendo assim, os desafios que surgem devem ser enfrentados de modo a corroborar na construção democrática e não de limitar-se à

crítica. Neste sentido, tendo em vista a onda conservadora que tem se consolidado no cenário político nacional nos últimos anos, deve-se pensar como seguir desenvolvendo democraticamente nossas instituições políticas. Caso contrário, abre-se uma perigosa margem a discursos em defesa de uma política de concentração do poder como saída aos desafios políticos atuais.

Neste sentido, no que diz respeito ao caráter representativo da nossa democracia, este artigo está alinhado com a concepção de Miguel (2014) sobre da função e do caráter que a representação deve assumir, a saber, “a representação democrática não admite a independentização dos representantes, nem é um movimento de substituição dos representados” (MIGUEL, 2014, p. 308). Sendo assim, há urgência no cenário atual político brasileiro de repensar a relação das vontades dos representantes e dos representados, bem como de repensar a organização dos movimentos civis.

Neste sentido, a correção das desigualdades históricas, culturais, políticas e étnicas de, por exemplo, classe, gênero e raça, como apontam Miguel (2014) e tantos outros autores e autoras brasileiras e latino-americanas, como por exemplo, Florestan Fernandes (1964), Maria Lugones (2008) e Jessé de Souza (2017) devem ser considerados como um fator fundamental para a reorganização dos movimentos civis e a construção contínua de espaços democráticos de decisão e deliberação política.

A inserção das populações historicamente marginalizadas no cenário político e social brasileiro pode reativar e fortalecer os movimentos de resistência neutralizados e anestesiados pela descrença e apatia política que assola a sociedade brasileira. Esta, desiludida pela divergência das suas ideias com as preferências e as vontades da classe política e, conseqüentemente, da classe economicamente dominante, tendo em vista o alinhamento da classe política com os interesses da classe dominante e do capital, tem muito para aprender com as populações que historicamente jamais tiveram seus interesses e suas ideias alinhadas ou convergidas nas ideias da classe política. A inserção destas populações e a distribuição dos capitais culturais, políticos e econômicos com elas corroboraria para uma renovação efetiva da classe política e, conseqüentemente, para a reconstrução dos interesses desta e, por fim, fortaleceria e possibilitaria a continuidade da construção democrática, tendo em vista a democratização dos ambientes de toma de decisão e a distribuição dos capitais às diversas camadas da sociedade brasileira.

Deste modo, este trabalho serve para fomentar perguntas como, por exemplo, quais caminhos se devem tomar para que o processo de democratização continue sendo fortalecido no Brasil? Há uma real democratização das nossas instituições políticas? Como podemos incluir as diversas camadas sociais brasileiras na construção e deliberação política?

Sendo assim, esta pesquisa permite questionar-nos a fim de avançarmos na análise da nossa política nacional com o objetivo de seguir corroborando na construção de uma democracia sólida onde a deliberação não assuma apenas um segundo plano frente aos interesses privados e às relações de poder e assim, por fim, buscarmos

gradativa e continuamente a transformação da realidade social e a construção democrática do sistema político brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2007.

COELHO, P; SOARES, P. G; COLOMBO, S. **Reflexões sobre a democracia na América Latina**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 1º edição FFCL/USP, 1964.

HABERMAS, Jurgen. **Teoría de la acción comunicativa**. 4 .ed. Buenos Aires: Taurus, 2003 [1981]. 2v.

HOBBS, T. **Elementos da Lei Natural e Política**. São Paulo, Editora Icone, 2002 [1650].

_____. **Do cidadão**. Editora Martin Claret: São Paulo, 2006 [1651].

_____. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de uma República Eclesiástica e Civil**. São Paulo, Martins Editora Livraria LTDA, 3º edição, 2014 [1651].

LUGONES, M. **Colonialidade e gênero**. Tabula Rasa, Bogotá, Colômbia, Nº 9, 2008.

MANIN, B. **Democracy, Accountability and Representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MICHELS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília. UnB, 1982. [1911].

MIGUEL, F. L. **Democracia e Representação- Territórios em Disputa**. São Paulo, Editora UNESP, 2014.

_____. **As Duas Lógicas da Ação Comunicativa: Democracia e Deliberação no Debate Contemporâneo**. Teoria e Sociedade, Belo Horizonte, v. 10, p. 104-143, jul.- dez. 2002.

MOSCA, G. **The Ruling Class**. New York: McGraw-Hill, 1939 [1896].

NIETZSCHE, F. **La volonté de puissance: essai d'une transmutation de toutes les valeurs**. 10 ed. Paris: Mercure de France, 1918 [1902]. 2v.

NORRIS, P. Introduction: **The Growth of Critical Citizens? In: (Ed.) Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance**. Oxford University Press, 1999.

NUSSABAUM, M. **Por qué la democracia necesita de las humanidades**. Buenos Aires: Katz (2013)

ORTEGA Y GASSET, José. **La deshumanización del arte**. In: meditaciones del Quijote. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1942 [1925].

PARETO, V. **The mind and Society: a Treatise on General Sociology**. New York: Harcourt; Brace, 1953 [1916]. 4v.

PATEMAN, C. **The problem of Political Obligation: a Critique of Liberal Theory**. Reed. Berkeley:

University of California Press, 1985 [1979].

PITKIN, F. H. **The Concept of Representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

POSADAS, A. S. **Martha Naussabaum y la educación en las humanidades**. *Analecta política*, Nº 10, v. 6, Medellín, 2016.

RAWLS, J. **A Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Editora Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2017.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Nova Iorque: Harper Perennial, 1976 [1942].

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-racial.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-276-0



9 788572 472760